

ÁREA TEMÁTICA DIREITO, CRIME E DEPENDÊNCIAS

Coordenadoras: Maria João Leote e Helena Machado

Mesa 1: Cidadania e Acesso à Justiça

5ª Feira, 26 de Junho, 10h45-12h45, Sala Herbert Mead, Torre B, Piso 3

Moderadora: Maria João Leote

Comunicação de abertura da área temática
Pierre Guibentif

Fragilidades e potencialidades do sistema de acesso ao direito e à justiça da família e dos menores: um estudo de caso (o MP e a promoção dos direitos das crianças)

Eliana Patrícia Branco, João Pedroso

A partir de um estudo de caso que incidiu sobre o Tribunal de Família e Menores de Coimbra, procurou-se reflectir sobre o modelo de acesso ao direito e à justiça que temos e aquele que se pretende para o futuro. Numa área tão importante e complexa como é a referente à família e aos menores, em que os obstáculos e as fragilidades são muitos, verificámos que a capacidade de resposta das entidades estatais é ainda bastante reduzida. A apresentação começará, deste modo, com uma observação geral sobre o regime de acesso ao direito em Portugal e sua evolução, passando, num segundo momento, à análise da oferta existente na área da família e dos menores, da visão dos actores intervenientes nesta área (em especial o Ministério Público, a Segurança Social e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens) e da articulação que se estabelece entre os mesmos. Num terceiro e último momento, iremos questionar a actual organização do modelo de acesso a direito e à justiça nesta área.

Comunicação ID. 425

A independência judicial na reforma do judiciário brasileiro

Élida Lauris dos Santos

Os tribunais vêm se constituindo em um dos pilares do Estado constitucional contemporâneo. O protagonismo que encenam na atualidade se dá na defesa dos direitos dos cidadãos e contra o abuso de poder. A questão da independência dos tribunais para um desempenho proativo é colocada já que o protagonismo das cortes brasileiras passa a receber limitações decorrentes da concepção de um judiciário mínimo. Este trabalho visa analisar as interferências e ameaças trazidas para a independência do poder judicial brasileiro com a concretização da reforma. As propostas de reforma lançadas na Câmara dos Deputados são avaliadas em seus principais eixos, agentes e tendências para, ao fim, serem investigadas as influências indevidas surgidas com a Emenda Constitucional n.º 45, para um desempenho jurisdicional independente no Brasil.

Comunicação ID. 423

Cidadania e Justiça: o Ministério Público nas áreas sociais em Portugal

João Paulo Dias

O Ministério Público desempenha, desde há muito, um conjunto de competências muito diversificado no âmbito dos Tribunais de Família e Menores e do Trabalho, que vão muito mais além do que lhe é reconhecido publicamente, em particular na área criminal. Contudo, as funções exercidas não se confinam às de “acusador público” ou de “coordenador de investigação”, tipicamente relacionadas essencialmente com as competências penais. O Ministério Público, no âmbito destas duas áreas de grande sensibilidade social, ocupa um espaço de interface entre as diversas partes e entidades envolvidas nos litígios, facto que lhe confere, em termos profissionais, características atípicas para o ideal-tipo de magistrado e os situa num grau de grande proximidade com o cidadãos. Deste modo, a partir de um estudo de caso desenvolvido nos Tribunais de Família e Menores e de Trabalho de Coimbra, iremos procurar desenvolver um roteiro de funções, formais e informais, exercidas que o catapultam para um patamar de importância, provavelmente, muito superior ao expectável. E isto é tanto mais assim, quando nos deparamos com a inexistência de alternativas realmente credíveis e efectivas para o exercício do acesso ao direito e à justiça dos cidadãos.

Comunicação, ID. 322

Acesso à justiça e pluralismo jurídico em Moçambique. Resolução de litígios no bairro «Jorge Dimitrov»

Sara Araújo

O acesso à justiça, condição fundamental para o exercício da cidadania, constitui uma preocupação de qualquer sistema democrático. Num momento em que, quer nas sociedades do sul, quer nas sociedades do norte global, os tribunais judiciais enfrentam sérias dificuldades (inacessibilidade, morosidade, ineficiência, custos, entre outros), mostrando-se incapazes de enfrentarem sozinhos a tarefa de administrar a justiça, o debate acerca da definição do papel a dar às diversas formas de justiça extra-judicial é pertinente à esfera global. Em África, as particularidades históricas e sócio-culturais conferem contornos próprios à discussão. Se, por um lado, as justiças comunitárias, pelos baixos custos, pela proximidade com as populações e pela celeridade podem mostrar-se mais adequadas aos seus contextos culturais específicos e uma referência à criação de modelos mais democráticos de justiça em todo o mundo; por outro, não estão isentas de problemas, enfrentando críticas severas. Com base no trabalho de campo desenvolvido em Moçambique, esta comunicação pretende analisar o papel das instâncias comunitárias de resolução de conflitos moçambicanas, em contexto de pluralismo jurídico, na democratização do acesso à justiça.

Comunicação ID. 62

Mesa 2: Crime, Justiça e Media

5ª Feira, 26 de Junho, 14h30-16h00, Sala Herbert Mead, Torre B, Piso 3

Moderador: João Paulo Dias

Mediatização da investigação criminal no caso Maddie - entre a ficção e a realidade

Helena Machado, Filipe Santos

O funcionamento rotineiro dos sistemas judiciais é por vezes interrompido por casos altamente mediatizados que exacerbam tensões entre os media e a Justiça. Por um lado, a conversão do potencial dramático do exercício da função judicial em dramas mediáticos contribui para a amplificação da noção de uma justiça lenta, débil e ineficaz na sua função de identificar e castigar os transgressores. Por outro lado, os media podem exercer funções concorrentes do exercício de justiça em moldes de uma justiça meta-popular, assente no imediatismo, dramatismo e apelo à emoção, contribuindo para aos designados “juízos mediáticos” que, por vários factores, resultam num esbatimento entre a ficção e a realidade.

Comunicação ID. 396

Violência e Performance nos Assaltos contra Instituições Financeiras

Jania Diógenes Aquino

O trabalho analisa os assaltos contra instituições financeiras, apresentando-os como operações sofisticadas, resultantes de elaborados planos e que mobilizam complexa infra-estrutura. Eximindo-se da ênfase sobre o carácter criminoso e violento desta modalidade de ação, são privilegiadas as performances que os assaltantes acionam diante dos reféns, com o intuito de amedrontá-los e levá-los a colaborar com o roubo. O domínio sobre a dimensão expressiva do comportamento é apresentado como uma habilidade relevante aos “profissionais” em assaltos de grande porte.

Comunicação ID. 345

Delinquência juvenil, justiça e media: representações dos jovens dos Centros Educativos sobre a acção da comunicação social

Maria João Leote, Juliana Serrão

No âmbito do Projecto “Crianças e Jovens nas Notícias” (POCI/COM/60020/2004) desenvolveu-se uma pesquisa que teve por objectivo conhecer o lugar que os media ocupam no universo de jovens de ambos os sexos, entre os 12 e os 20 anos, que por práticas delinquentes se encontram internados nos Centros Educativos da Direcção-Geral de Reinserção Social, do Ministério da Justiça. Para tal, realizou-se uma pesquisa de carácter exploratório articulando-se metodologias quantitativas e qualitativas recorrendo-se a dois instrumentos: inquérito por questionário e entrevista semi-estruturada individual. O estudo registou uma elevada adesão (N=150, 56,1% do universo) e os resultados mostram tratar-se de uma população particularmente interessada em notícias da imprensa e televisão, essencialmente por aquelas cujos protagonistas são crianças ou jovens em risco social. Muitos tiveram já um contacto directo com os media numa dupla vertente -actor delincente vs actor social-

emergindo das experiências significados diametralmente opostos. Violação de direitos das crianças/jovens, quebras de deontologia profissional e de princípios éticos na abordagem destes casos são alguns dos pontos que evidenciam na acção dos órgãos de comunicação social. Percepcionam também a prevalência de imagens de uma condição de juventude negativa e estigmatizante, fundamentalmente “problemática”, o que desencadeia uma crítica forte e sustentada não só relativamente ao papel dos jornalistas como aos media no seu todo.

Comunicação ID. 203

Mesa 3: Corpo e Direitos Humanos

5ª Feira, 26 de Junho, 16h15-17h45, Sala Herbert Mead, Torre B, Piso 3

Moderadora: Sueli Andruccioli Felix

Direitos Humanos e Prevenção da Tortura

António Pedro Dores, João Areosa, Mário Caeiro, Ana Sousa Pais

O objectivo civilizacional de abolir a tortura no mundo está inscrito em Convenção própria aprovada na ONU. O Protocolo Adicional à Convenção entrou em vigor em 2007. Este prevê a expansão do sistema internacional de inspecções para o interior de cada Estado nacional, com a colaboração de entidades autónomas e empenhadas nesse combate. Uma tal operação passa pelo reconhecimento da existência de tortura. Se o objectivo já está cumprido, para que serve o Protocolo Adicional?

Comunicação ID. 504

Observatório Permanente de Segurança - instrumento de conhecimento, estratégia para agir sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual

Rita Penedo

O Projecto CAIM - Cooperação-Acção-Investigação-Mundivisão - surgiu no panorama nacional em 2005, como um projecto-piloto na área do Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual. Prefigurou, pela primeira vez, a adopção de uma estratégia interdisciplinar coordenada no combate ao tráfico e no apoio e protecção às suas vítimas, da qual fez parte o Ministério da Administração Interna. De um trabalho prévio de diagnóstico, identificou-se um conjunto de necessidades que originou o desenvolvimento de novos modelos e metodologias de abordagem ao problema, nomeadamente ao nível do seu conhecimento, porquanto este é um fenómeno ainda caracterizado por uma forte opacidade, em parte devido à complexidade da sua natureza, recentes políticas de combate e apoio, mas também pela ambivalência sócio-cultural face às suas vítimas e demais actores. A presente comunicação pretende discutir o processo de criação/implementação do Observatório Permanente de Segurança (tarefa da responsabilidade do Ministério), enquanto instrumento estruturado que visa suprimir esta falta de conhecimento. Visa-se reflectir não só sobre o que produz e como, mas também e fundamentalmente, sobre a possibilidade de mudança organizacional e social aliada, nomeadamente ao nível do paradigma do conhecimento-acção e através da promoção de mudanças numa

cultura, por vezes, de impunidade para com os agressores e de silêncio para com as vítimas.

Comunicação ID. 96

Encontro de saberes sociológico e jurídico em face da (in)visibilidade do tráfico de mulheres: (re)visitando novas faces de uma velha escravatura. Estudos de casos

Tânia Teixeira Laky de Sousa

O tema "Tráfico de Pessoas", em especial para fins de exploração sexual comercial, é um tema atual e oportuno. Por ser um tema interdisciplinar, poderá ser estudado com outras áreas de saberes, como por exemplo, a Sociologia, o Direito, o Serviço Social, a Criminologia, a Educação, a Psicologia, a Antropologia, a História etc. ou, ainda, de forma unidisciplinar. O "Tráfico de Pessoas" é um crime hediondo, e assim está definido pelo Protocolo de Palermo. Na maioria das vezes, essas mulheres saem do País em busca de melhoria de vida, em busca de dias melhores, mas terminam por entregar-se à prostituição - por vício de consentimento ou não - e muitas vezes sofrem cárcere privado, no exterior. Acreditamos que o "Tráfico de Pessoas", no século XXI, alimenta-se das desigualdades sociais, em especial da feminização da pobreza, das mulheres do "terceiro mundo", e explora as necessidades econômicas das cidadãs mais vulneráveis. É crime, e uma violação aos direitos humanos que está inserido no contexto criminológico em que a mulher traficada sofre lesões diretas, como "sujeito de direitos": de não ser escravizada e não ser submetida à servidão involuntária ou a condições praticamente de escravidão; de estar livre de explorações; de estar livre de tratamento desumano e cruel; de estar livre de violências e torturas; da garantia da liberdade de ir e vir e outras formas de liberdade; do respeito à dignidade da pessoa humana e tantos outros direitos que não poderão ser violados. Dada a importância e atualidade do tema "Tráfico de Pessoas", analisaremos os diversos documentos jurídicos firmados pelo Brasil ao longo da história

Comunicação ID. 31

O valor do corpo e da vida na lei e nas decisões judiciais

Tiago Ribeiro

A tarefa sociológica da determinação do valor do corpo e da vida constitui um exercício tão problemático quanto revelador das relações sociais contemporâneas. Os modelos indemnizatórios adoptados pelo sistema judicial, visando a reparação dos danos sofridos injustamente, priorizou historicamente a cobertura dos prejuízos patrimoniais emergentes de lesões corporais (perda de capacidade de ganho, despesas de saúde), centrando-se na dimensão económica e produtiva do indivíduo, e secundarizando as desvantagens pessoais e sociais de que foi vítima. A afirmação dos designados danos não patrimoniais tem vindo a contribuir para uma renovação do estatuto da vítima e do seu corpo no contexto judicial. Procuramos, com a presente comunicação, problematizar o sistema de indemnização pela violação do direito à vida e por danos corporais, nas diversas áreas do direito. Discutiremos as lógicas e os critérios envolvidos nesse processo, de forma a evidenciar a estratificação social ocultada pela pretensa igualdade dos cidadãos perante lei. Valerá tanto o corpo e a vida de um operário não qualificado quanto os de um engenheiro ou quadro técnico? O desempenho judiciário, tal como a interpretação e aplicação das normas jurídicas na valoração da integridade física dos cidadãos,

constituem, assim, um ponto de observação das dinâmicas de exclusão e da desigualdade social vivida na sociedade portuguesa.

Comunicação ID. 19

Tráfico Internacional de Mulheres, para fins de Exploração Sexual

Tania Teixeira Laky de Sousa

O Tráfico Internacional: apresentação das 131 rotas de tráfico internacional de mulheres; perfil das traficadas brasileiras; como agem as redes criminosas no Brasil e em Portugal; Estudos de Casos; Apresentação da legislação brasileira sobre a temática proposta.

Poster ID. 606

Mesa 4: Comportamentos Anti-sociais, Trajectórias e Contextos

5ª Feira, 26 de Junho, 18h00-19h30, Sala Herbert Mead, Torre B, Piso 3

Moderador: António Pedro Soares

Globalização das políticas sociais: análise das políticas para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas em Portugal/Brasil *

Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira

A investigação para a análise das Políticas para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas Portugal/Brasil está inserido no Grupo de Pesquisa denominado Grupo de Estudos Relacionados ao Uso Prejudicial do Álcool e Outras Drogas, cadastrado no Conselho Nacional de Pesquisa CNPq, grupo este, que vem desenvolvendo estudos sobre o uso prejudicial de álcool e outras drogas, que busca ao longo de tempo novas estratégias de enfrentamento e fortalecimento da rede de assistência aos usuários de álcool e outras drogas, com ênfase na reabilitação psicossocial e inserção social dos mesmos, bem como a redução de danos e inclusão social. A pesquisa intitulada Álcool e outras drogas: análise do Plano Nacional contra droga e as toxicodependências de Portugal/Brasil foi desenvolvida em Portugal e Brasil e tem por finalidade analisar o Plano Nacional contra a droga e as toxicodependências dos dois países na tentativa de subsidiar novos programas que contemplem estratégias de enfrentamento e fortalecimento da rede de assistência aos usuários de álcool e outras drogas, com ênfase na reabilitação psicossocial e inserção social dos mesmos, bem como a redução de danos e inclusão social. Em Portugal foi desenvolvida no Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. A outra parte do estudo foi desenvolvida no Brasil. Foi realizado um estudo da análise documental dos Planos: 'A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas do Brasil'; 'Plano Nacional contra Droga e a Toxicodependência 2005-2012 de Portugal'; Portarias; Resoluções; Decretos e Leis, tanto de Portugal como do Brasil. Os resultados apontam para a globalização das políticas sociais.

Comunicação ID. 241

Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano

Paulo Machado

A abordagem sociológica sobre o comportamento anti-social e, especificamente, sobre a criminalidade, tem tido dificuldades em sacudir a influência dos paradigmas criminológicos e em constituir uma mais-valia de conhecimento científico sobre este tipo de fenómenos sociais disruptivos. Os contributos clássicos, designadamente de Émile Durkheim, foram fundamentais para revelar a relação entre o crime e a sociedade, demarcando-se de um positivismo que se escudava nas concepções individualistas. A própria contribuição dos chamados estudos da Escola de Chicago foi bastante relevante para a compreensão da criminalidade urbana e para o estabelecimento de uma relação “consagrada” entre as chamadas desvantagens sociais e a prática de crimes. Porém, há hoje sinais de que a sociologia precisa de afirmar a sua relevância no quadro das contribuições multidisciplinares existentes para a compreensão do comportamento anti-social contemporâneo. A comunicação propõe-se demonstrar essa necessidade, através da apresentação de uma resenha de eixos interpretativos da anti-socialidade, e defende o desenvolvimento de uma abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano, com a apresentação de dados empíricos que pretendem validar o contributo da perspectiva ecológica em sociologia para a compreensão desse mesmo comportamento.

Comunicação ID. 126

O estado actual da sociologia do direito em Portugal

Pierre Guibentif

Tem-se procurado, no âmbito do ensino em sociologia do direito no ISCTE, acompanhar os estudos sociológicos sobre temas jurídicos através de análises feitas por estudantes de artigos recentemente publicados (ver http://cadeiras.iscte.pt/SDir/SDir_art.htm). Pretende-se sintetizar estas análises, tendo em conta, também, vários livros recentes. Trata-se de caracterizar brevemente os domínios tratados e os resultados alcançados, e de reflectir sobre algumas evoluções que dizem respeito, principalmente, às relações entre actividade científica e actuação do Estado. Relações complexas desde as origens da nossa disciplina, mas que estão a conhecer actualmente profundas transformações. O interesse em reflectir estas transformações a partir de experiências recolhidas em sociologia do direito é que, neste campo, elas se manifestam, como em todos os outros campos, nas condições do trabalho de investigação, mas também, mais centralmente do que noutros campos, no próprio objecto estudado.

Comunicação ID. 108

LEVS/UNESP - Laboratório de Estudos da Violência e Segurança da Unesp: Proposta de Discussão Interdisciplinar e Globalizada

Sueli Andruccioli Félix, Sandra Paula Daura, Marina Monteiro Q. Ravazzi

A compreensão da criminalidade e a sua prevenção demandam esforços coletivos, interdisciplinares e interinstitucionais. A UNESP (Universidade Estadual Paulista), um pouco pela localização das unidades espalhadas em todo o estado de São Paulo, possui uma estrutura académica fragmentada e/ou organizada em espaços

territoriais específicos, por iniciativas individuais, pontuais, com raros projetos multicampi. O mundo globalizado e a velocidade da informação exigem uma universidade flexível e dinâmica que tanto ajude a fluir o conhecimento já alcançado quanto a gerar novas reflexões. Sendo a criminalidade um fenómeno universal e com matizes um tanto aproximadas, as reflexões teóricas coletivas são desejáveis, além de relevantes para aumentar a credibilidade dos resultados perante os administradores e suas políticas públicas de prevenção que vislumbrem, em última instância, a qualidade de vida humana. O LEVS (Laboratório de Estudos da Violência e Segurança) é uma evolução e uma ampliação do Grupo de Pesquisa GUTO/UNESP, recebe apoio da FINEP/MCT (Financiadora Nacional de Estudos e Projetos) para a produção do conhecimento em escala global, multidisciplinar em base cooperativa. Está aberto à participação de pesquisadores interessados em desenvolver projetos em parceria, dialogar com seus pares e divulgar resultados de pesquisas. É um espaço coletivo de consulta e interação global pela web site (<http://www.levs.marilia.unesp.br>) e Revista Virtual.

Comunicação ID. 610

Dados Viciados

Vanessa de la Blétière

A ludopatia permanece, ainda nos nossos dias, à margem de um olhar mais atento por parte da sociedade portuguesa. Apesar de ser reconhecida, pelo Ministério da Saúde, enquanto patologia assiste-se, no nosso país, a um desinteresse generalizado no estudo desta dependência. No entanto, a abertura de um casino na capital do país levantou algum debate sobre os riscos associados a um comportamento considerado obsessivo-compulsivo. A comunicação parte de resultados obtidos através de uma investigação levada a cabo no âmbito da tese de licenciatura em sociologia, defendida em 2005. Apoiase na análise de histórias de vida de dependentes de jogos de casino, revelando a existência de uma regularidade social assente na trajectória social de diferentes Jogadores. O processo de socialização, bem como, as relações sociais estabelecidas ao longo do percurso do Jogador, garantem um lugar de primazia na análise sociológica da ludopatia. Partindo dos resultados obtidos propõe-se salientar os principais traços do percurso social de um ludopata, pretendendo, desta forma, a reconstrução da dependência dos jogos de casino enquanto objecto de estudo sociológico.

Comunicação ID. 17